

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.970 - PR (2019/0215745-1)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : JUDITH DE PAIVA CHAVES - ESPÓLIO
ADVOGADO : ADALBERTO CORDEIRO ROCHA - PR022415
INTERES. : ADEMIR PAIVA CHAVES
INTERES. : CLEIDINEIA DE PAIVA CHAVES
INTERES. : LUIZ VANDERLEI PAIVA CHAVES
INTERES. : MARILDA DE PAIVA CHAVES CARVALHO
INTERES. : MARILSA CHAVES DA SILVA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que inadmitiu Recurso Especial manejado em face de acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO EM FACE DE DECISÃO PARADIGMÁTICA. REPERCUSSÃO GERAL. ORIENTAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. TEMA STF Nº 313. DECADÊNCIA DO DIREITO - INOCORRÊNCIA. PRAZO DE DEZ ANOS A PARTIR DA CONCESSÃO DA PENSÃO POR MORTE.

1. O acórdão proferido está parcialmente em discordância com o entendimento firmado pelo STF no julgamento do Tema nº 313.
2. O Tema STF nº 313 estabelece a Aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória nº 1.523/97 a benefícios concedidos antes da sua edição.
3. A pretensão de recebimento de diferenças incidentes sobre a aposentadoria originária sujeita-se ao prazo decadencial a contar da concessão inicial.
4. Para o pagamento dos reflexos financeiros da revisão sobre a pensão por morte, o curso do prazo decadencial tem início somente após a concessão da pensão por morte, em razão do princípio da actio nata, uma vez que a pensionista estava impedida de postular a revisão do benefício anteriormente ao óbito do instituidor, ante a sua ilegitimidade.
5. Não tendo transcorrido dez anos entre a DIP da pensão por morte e o ajuizamento da ação não há que se falar em a decadência ao direito de revisão do ato administrativo concessório do benefício" (fl.

236e).

Sustenta a parte ora agravante, na razões do Recurso Especial, fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional, contrariedade aos arts.74, 75, 79, 103 e 112, todos, da Lei n. 8.213/1991 e art. 196 do Código Civil. Argumenta, em síntese, que:

"RESUMO DA DEMANDA

Trata-se de ação previdenciária em que, embora o **pedido seja de revisão da pensão por morte, pretende a parte autora, na verdade, revisar a renda mensal inicial da aposentadoria ensejadora da pensão, o que geraria, por consequência, reflexos financeiros no benefício derivado.**

O acórdão prolatado pelo **TRF da 4ª Região afastou a decadência** do direito de revisar o ato de concessão do benefício de pensão por morte da parte autora, revisando para tanto a renda do benefício originário, mesmo que já tenham se passado mais de 10 (dez) anos entre o primeiro pagamento deste e o ajuizamento da ação.

A Corte Regional, ao assim julgar, **negou vigência ao disposto nos artigos 74, 75, 79, 103 e 112 da Lei n. 8.213/1991 e art. 196 do Código Civil.**

2. ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIAS

Da decisão do TRF não cabe outro recurso na instância local, o que configura decisão de última instância (CF/88, art. 105, III). A interpretação do Tribunal Regional é contrária à lei federal, sendo por isso viável a interposição de Recurso Especial nos termos previstos pelo **art. 105, inciso III, alínea 'a'**. Presentes, pois, os requisitos para a admissão do Recurso Especial.

3. DO EFETIVO PREQUESTIONAMENTO. ART. 1.025 DO CPC (...)

4. MATÉRIA DECIDIDA EM SEDE DE EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ERESP 1.605.554/PR. TEMA PACIFICADO NA PRIMEIRA SEÇÃO DESTE E. STJ. JULGADO EM 27.02.2019.

Cumpre destacar que a questão relativa ao termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão do benefício originário da pensão por morte com reflexos financeiros no benefício derivado, foi julgada em sede de Embargos de Divergência, pacificando o entendimento na Primeira Seção deste E. STJ.

O julgamento teve seu desfecho em 27.02.2019 , todavia o Acórdão ainda não foi publicado mas já consta noticiado no sítio do STJ:

(...)

Sendo este o caso dos autos, **a solução dada nos Embargos de Divergência deve ser aplicada também para esta ação.**

De qualquer forma, passa-se a explanar as razões de direito pelo qual deve ser reformado o acórdão do TRF4.

DA NATUREZA JURÍDICA DA RENDA DA APOSENTADORIA EM RELAÇÃO AO CÁLCULO DA PENSÃO

Sabe-se que **a pensão por morte, na vigência da Lei n. 8.213/1991, faz nascer uma nova relação jurídica, entre os dependentes habilitados à pensão e o INSS.** O falecido segurado não participa desta relação. Trata-se de um novo benefício e não de uma continuação ou transformação do benefício do falecido (que aliás poderia sequer estar recebendo um benefício, art. 75). Inclusive, pode haver solução de continuidade entre os dois benefícios (art. 74, II).

Como novo benefício, com concessão e renda mensal inicial próprias, **o prazo decadencial para revisar o ato de concessão da pensão é de dez anos, contados do dia 1º do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação desta, e não do benefício do falecido segurado. Contudo, o que é possível revisar quando se busca alterar o ato de concessão da pensão é apenas a renda desta, apenas os elementos de cálculo desta, e não o benefício anterior.**

A confusão que ocorre na jurisprudência da 4ª Região decorre da falta de percepção de que **a pensionista detém titularidade de dois direitos perfeitamente distintos:** (a) o direito a receber os valores não recebidos em vida pelo falecido segurado, previsto no art. 112, com natureza de sucessão a título singular e (b) o direito à pensão por morte, previsto no art. 74, sem caráter sucessório.

No direito à pensão por morte, a renda anterior é mero fato, que ingressa como elemento de cálculo da renda da pensão. É um fato que tem reflexos na relação jurídica entre pensionista e INSS.

Apenas para ilustrar: a situação é análoga à pretensão da Receita Federal em relação ao salário de um empregado. A Receita pode exigir o pagamento do imposto de renda sobre o salário recebido, mas não tem titularidade para exigir que o empregador conceda um aumento salarial ao empregado. Ela pode questionar a veracidade das informações, mas sendo verídicas, está fora da sua alçada fazer pleitos que competem apenas ao trabalhador. Com a pensão não é diferente: o benefício tem uma base de cálculo objetiva, que é um elemento dado para o cálculo da pensão.

Nem poderia ser diferente, pois a pensão por morte tem justamente por objetivo substituir a renda, aquela renda que era recebida efetivamente pelo segurado aposentado ou aquela a que ele tivesse direito, caso ainda não estivesse aposentado. A esse respeito:

(...)

Por consequência, o pensionista tem o direito de revisar a renda do benefício originário, porque o de cujus o tinha e o pensionista o sucedeu no direito de receber os valores que aquele não recebeu em vida, o que incluiria o direito de discutir a própria renda do benefício. Em suma, **há legitimidade, por força de lei, para receber tudo o que era devido em vida ao segurado**. E caso a renda do benefício anterior seja alterada para pagar ao pensionista os valores não recebidos em vida pelo segurado, evidentemente essa alteração terá reflexos na pensão.

Está correto. **Mas note-se que a revisão que venha a ser efetuada com base no art. 112 opera somente por via reflexa na renda da pensão.**

DA FLUÊNCIA DO PRAZO DO ART. 103 EM RELAÇÃO AOS SUCESSORES

A questão resume-se, portanto, em verificar como opera o prazo decadencial para revisão do benefício de segurado falecido para o fim de recebimento, pelo pensionista, dos valores que o segurado não recebeu em vida (art. 112).

A resposta é muito simples. Ocorrendo a sucessão em direito do falecido (sim, porque o art. 112 trata de um direito que era do falecido), o sucessor o recebe com todas as características e limitações a ele inerentes. **Em primeiro lugar, é preciso verificar se o direito (de revisão) ainda existia na data do óbito. Não se pode suceder em um direito extinto. Em segundo lugar, é preciso verificar quanto tempo o falecido ainda tinha para exercer o direito. Não basta afirmar que a pensionista estava impedida de postular a revisão antes de ser concedida a pensão: o falecido poderia tê-lo exercido e a pensionista apenas o sucede nesse direito.**

A previsão legal do Código Civil, art. 196, aplica-se perfeitamente ao caso:

(...)

A norma é aplicável ao prazo do art. 103 da Lei n. 8.213/1991 porque este, embora sendo decadencial por força de lei, guarda característica

de prazo prescricional, vez que regula o direito de corrigir a lesão a um direito subjetivo. Os prazos decadenciais, diferentemente, fulminam direitos potestativos. Note-se que esse entendimento é, inclusive, o mais favorável à pensionista, pois caso o prazo fosse entendido como sendo tipicamente decadencial em todos os seus contornos, o direito a que ele se refere sequer se transmitiria por sucessão. O direito de revisar, nesse caso, morreria com o seu titular, conforme entendimento incontroverso:

(...)

DA NECESSIDADE DE REVISÃO DO BENEFÍCIO
ORIGINÁRIO PARA REVISAR A PENSÃO POR MORTE. ART.
75 DA LEI 8.213/91

Conforme acima referido, **a Turma da Corte Regional, para autorizar a revisão da renda mensal inicial da pensão auferida pela parte autora, afastou a incidência da decadência do direito de revisão da aposentadoria que originou essa pensão** (artigo 103 da Lei 8.213/91) **sob o argumento de que este último benefício seria autônomo em relação ao primeiro.**

Tal raciocínio merece ser rechaçado, porquanto neste caso em que o de cujus era aposentado na data do óbito, não há como revisar a renda da pensão sem que se revise, primeiro, a renda do benefício recebido pelo segurado instituidor da pensão, por força do disposto no **artigo 75 da Lei 8.213/91** que estipula ser o valor da pensão igual ao valor daquela aposentadoria no momento do falecimento. Confira-se:

(...)

Ou seja, como não há novo cálculo de Renda Mensal Inicial, **a RMI da pensão derivada é aquela mesma da aposentadoria originária; tendo decaído o direito de revisão desta não há como incrementar a RMI daquela pensão derivada a não ser que se afaste a decadência do direito de revisão da aposentadoria.** Na verdade, embora se diga que se pretende revisar a renda da pensão, o pedido é de revisão da RMI da aposentadoria, direito esse que já foi fulminado pela decadência, para produzir reflexos na pensão.

Com efeito, **apesar de a pensão por morte ter prazo decadencial autônomo, ela não poderá, no caso, ser atingida pela pretendida revisão da aposentadoria em apreço, já que este benefício já foi alcançado pela decadência,** ou seja, não pode mais ser modificado. Estivesse o presente pedido fundado em outro que não o de revisão da pensão com base em reflexos da revisão da aposentadoria, até

poder-se-ia cogitar do seu acolhimento. Porém, levando em conta que a pretensão deduzida nesta ação é a de revisar o ato de concessão da aposentadoria originária, esta foi extinta por força da decadência já consolidada.

A decisão recorrida, portanto, ofende a Jurisprudência recentemente uniformizada pelo STJ no sentido de que a contagem do prazo decadencial, previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, introduzido pela Medida Provisória n. 1.523-9, de 27.6.1997, para os benefícios concedidos anteriormente à vigência desse normativo, tem como termo inicial a sua edição entendimento esse chancelado pela Primeira Seção desta Corte no julgamento do REsp 1.309.529/PR e do REsp 1.326.114/SC ambos de relatoria do Min. Herman Benjamin, pelo rito dos recursos repetitivos (art. 1.036 do CPC).

Assim, a pergunta a ser respondida é: considerando o prazo decadencial estipulado pelo artigo 103, da Lei 8.213/91, é possível revisar a renda mensal da aposentadoria do instituidor da pensão. A resposta é negativa.

Sem que se possa revisar a RMI da aposentadoria, não há como revisar a renda da pensão subsequente.

Por fim, é de se registrar que a parte autora somente teria pretensão de revisar a renda da sua pensão se o valor inicial que lhe foi pago pela Autarquia, de acordo com o artigo 75 da Lei 8.213/91, não correspondesse à última renda mensal paga a título de aposentadoria ao de cujus. E como não é este caso – a autora quer revisar a renda mensal da aposentadoria do instituidor – a pretensão por ela deduzida foi alcançada pela decadência, pois já se passaram mais de 10 anos entre o recebimento da primeira prestação da aposentadoria originária e o ajuizamento desta ação" (fls. 247/251e).

Por fim, "uma vez demonstrada contrariedade à Lei Federal – artigos 74, 75, 79, 103 e 112 da Lei n. 8.213/1991 e art. 196 do Código Civil – o INSS requer seja o seu recurso conhecido e provido, a fim de que haja a reforma do acórdão regional, para reconhecer a decadência no caso concreto" (fl. 251e).

Com contrarrazões (fls.254/257e), o Recurso Especial foi inadmitido na origem (fls. 262/264e), advindo o presente Agravo (fls. 275/277e).

Foi apresentada contraminuta (fls.288/292e).

A irrisignação merece prosperar.

Na origem, trata-se de Ação ordinária ajuizada pela parte ora recorrida, por meio da qual requereu a revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário de

aposentadoria que deu origem à pensão por morte que recebe atualmente. Julgado extinto o processo pela decadência, recorreu a parte autora, tendo sido dado provimento ao recurso. Os Embargos de Declaração opostos pela Autarquia Previdenciária foram rejeitados. Interpostos os Recursos Especial e Extraordinário, pelo INSS. O primeiro foi improvido e, o segundo, o STF determinou o sobrestamento do feito, para aguardar o julgamento do RE 626.489/SE.

Em decisão, a Vice-Presidência do TRF4, determinou o retorno dos autos ao órgão fracionário para reexame, nos termos do art. 1.030, II, ou do art. 1.040, II, do CPC, considerando a solução dada ao tema nº 313 no âmbito do STF.

Em juízo de retratação, ficou decidido que, em consonância com o Tema 313/STF, aplica-se o prazo decadencial previsto na Medida Provisória nº 1.523/97 a benefícios concedidos antes da sua edição e, também, que, **"para o pagamento dos reflexos financeiros da revisão sobre a pensão por morte, o curso do prazo decadencial tem início somente após a concessão da pensão por morte, em razão do princípio da actio nata, uma vez que a pensionista estava impedida de postular a revisão do benefício anteriormente ao óbito do instituidor, ante a sua ilegitimidade"**.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

A questão controvertida diz respeito ao prazo decadencial aplicável ao pedido de revisão da RMI de benefício originário, com repercussão no benefício derivado, qual seja, na pensão por morte, de que é beneficiária a parte ora recorrida.

Com efeito, no julgamento do ERESP 1.605.554/PRA, prevaleceu, na Primeira Seção do STJ, o entendimento de que "o princípio da **actio nata** não incide, no caso dos autos, porquanto diz respeito ao direito de ação, e, nessa medida, está interligado ao prazo prescricional. O prazo decadencial, por sua vez, refere-se ao direito material, que, como dispõe a lei, não se suspende, nem se interrompe", conforme acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE DERIVADA DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. PEDIDO DE REVISÃO DA PENSÃO POR MORTE, MEDIANTE REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL DA APOSENTADORIA ORIGINÁRIA. IMPOSSIBILIDADE, EM RAZÃO DA DECADÊNCIA DE REVISÃO DO BENEFÍCIO ORIGINÁRIO. EXEGESE DO ART. 103, CAPUT, DA LEI 8.213/91, NA REDAÇÃO DADA PELA MEDIDA PROVISÓRIA 1.523-9, DE 27/06/97. INCIDÊNCIA DA TESE FIRMADA NO JULGAMENTO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS 1.326.114/SC E 1.309.529/PRA (TEMA 544), RATIFICADA PELOS RECURSOS ESPECIAIS

REPETITIVOS 1.612.818/PRA E 1.631.021/PRA (TEMA 966), EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DO STF, NOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS 630.501/RS (TEMA 334) E 626.489/SE (TEMA 313). PRINCÍPIO DA ACTIO NATA. INAPLICABILIDADE. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA DESPROVIDOS.

I. Trata-se, na origem, de ação ajuizada pela parte embargante, beneficiária de pensão por morte do pai, em face do INSS, objetivando a revisão de seu benefício de pensão, mediante prévia revisão da renda mensal inicial do benefício originário, sustentando que seu genitor, aposentado em 02/07/91, tinha direito adquirido a melhor benefício, por ter ele implementado as condições para a aposentadoria na vigência da Lei 6.950/81 - que previa o limite máximo do salário-de-contribuição em valor correspondente a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país -, de modo que a renda mensal inicial do aludido benefício deveria ser maior, por concedido ele antes da Lei 7.787/89.

II. O acórdão ora embargado concluiu pela impossibilidade de revisão da pensão por morte, mediante revisão da renda mensal inicial da pretérita aposentadoria que a originou, por já haver decaído, para o titular do benefício originário, o direito à revisão.

III. O acórdão paradigma, em caso análogo, afastou a decadência, sob o fundamento de que, por força do princípio da actio nata, o termo inicial do prazo decadencial para a revisão da renda mensal inicial da aposentadoria do instituidor da pensão por morte é a data de concessão da pensão.

IV. A Primeira Seção do STJ, em 28/11/2012, no julgamento dos Recurso Especiais repetitivos 1.326.114/SC e 1.309.529/PRA (Tema 544), sob o rito do art. 543-C do CPC/73, firmou entendimento no sentido de que 'incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997) (STJ, REsp 1.326.114/SC e REsp 1.309.529/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 13/05/2013).

V. Referido entendimento foi ratificado, pela Primeira Seção do STJ, no julgamento, em 13/02/2019, igualmente sob o rito do art. 543-C do CPC/73, dos Recursos Especiais 1.631.021/PR e 1.612.818/PR (Tema 966), firmando-se a tese de que 'incide o prazo decadencial previsto no caput do artigo 103 da Lei 8.213/1991 para

reconhecimento do direito adquirido ao benefício previdenciário mais vantajoso', entendimento em consonância com o do STF, firmado nos Recursos Extraordinários 626.489/SE (Tema 313) e 630.501/RS (Tema 334), julgados sob o regime da repercussão geral.

VI. O STF, em 21/02/2013, ao examinar o caso específico do direito adquirido ao melhor benefício, no RE 630.501/RS, julgado sob o regime da repercussão geral (Tema 334 - 'Direito a cálculo de benefício de aposentadoria de acordo com legislação vigente à época do preenchimento dos requisitos exigidos para sua concessão'), firmou o entendimento no sentido de que, também nessa hipótese, devem ser respeitadas a decadência do direito à revisão e a prescrição das parcelas já vencidas, tendo consignado que, 'para o cálculo da renda mensal inicial, cumpre observar o quadro mais favorável ao beneficiário, pouco importando o decesso remuneratório ocorrido em data posterior ao implemento das condições legais para a aposentadoria, respeitadas a decadência do direito à revisão e a prescrição quanto às prestações vencidas' (STF, RE 630.501/RS, Rel. Ministra ELLEN GRACIE, PLENO, DJe de 26/08/2013).

VII. Posteriormente, em 16/10/2013, no julgamento do RE 626.489/SE, também sob o regime da repercussão geral (Tema 313 - 'Aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória nº 1.523/97 a benefícios concedidos antes da sua edição'), o STF entendeu pela inexistência de prazo decadencial, mas apenas para a concessão inicial do benefício previdenciário, que é direito fundamental, e, assim, não sujeito aos efeitos do prazo decadencial, concluindo ser 'legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário' (STF, RE 626.489/SE, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, PLENO, DJe de 23/09/2014).

VIII. Distinção, pois, deve ser feita entre o direito de ação - vinculado ao prazo prescricional para exercê-lo - e o direito material em si, que pode, se não exercido em certo prazo, ser atingido pela decadência, que, na forma do art. 207 do Código Civil, salvo expressa disposição legal em contrário - que, para o caso dos autos, inexistente -, não está sujeita às normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

IX. O acórdão ora embargado deve prevalecer, pois o direito ao melhor benefício está sujeito à decadência, ao passo que o princípio da actio nata não incide, no caso dos autos, porquanto diz respeito ao

direito de ação, e, nessa medida, está interligado ao prazo prescricional. O prazo decadencial, por sua vez, refere-se ao direito material, que, como dispõe a lei, não se suspende, nem se interrompe.

X. Na espécie, a ação foi ajuizada em 12/09/2011, objetivando rever a pensão por morte, deferida em 01/11/2008, mediante revisão da renda mensal inicial da aposentadoria que a originou, concedida ao de cujus, pelo INSS, em 02/07/91. Concedido o benefício da aposentadoria ao instituidor da pensão em 02/07/91, anteriormente à vigência da Medida Provisória 1.523-9, de 27/06/97, adota-se, como termo a quo do prazo decadencial, o dia 28/06/97. Ajuizada a presente ação em 12/09/2011, incide, por força do art. 103, caput, da Lei 8.213/91, a decadência decenal do direito à revisão da renda mensal inicial da pretérita aposentadoria, ainda que haja repercussão financeira na pensão por morte dela derivada.

XI. Embargos de Divergência em Recurso Especial desprovidos.

(STJ, EREsp 1.605.554/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Rel. p/ Acórdão Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 02/08/2019).

Infere-se que foi reafirmado o entendimento do STJ no julgamento dos Recursos Especiais repetitivos 1.326.114/SC e 1.309.529/PR (Tema 544), 1.612.818/PR e 1.631.021/PR (Tema 966), bem como pelo STF, em regime de repercussão geral, no julgamento dos Recursos Extraordinários 626.489/SE e 630.501/RS, pois, conforme a fundamentação do voto acolhido, pela maioria, "distinção deve ser feita entre o direito de ação – vinculado ao prazo prescricional para exercê-lo – e o direito material em si, que pode, se não exercido em certo prazo, ser atingido pela decadência, que, como dispõe a lei, não se suspende, nem se interrompe (...) Nesse panorama, se já havia decaído, para o instituidor da pensão, o direito à revisão de sua aposentadoria, o titular da pensão por morte não mais poderá exercê-lo, porquanto ele já pusera, situação que não pode ser mitigada, por força do princípio da **actio nata**, que diz respeito ao direito de ação, não fazendo ressurgir o direito material correspondente (...) Em suma, quanto aos critérios utilizados para definir a renda mensal inicial do benefício originário, há de ser observado se já houve, para o falecido titular, o decurso do prazo decadencial, previsto no art. 103, **caput**, da Lei 8.213/91, pois, uma vez transcorrido, cumpre reconhecer a decadência do direito à revisão do ato de concessão do benefício originário. Por sua vez, o princípio da **actio nata**, embora faça iniciar, para a titular da pensão por morte, o prazo prescricional para o ajuizamento de ação, não pode servir de fundamento para alcançar **direito** já fulminado pelo decurso do prazo decadencial".

Nesse diapasão, entendo que as teses fixadas pelo STJ, no julgamento dos

Recursos Especiais repetitivos 1.326.114/SC e 1.309.529/PR (Tema 544), 1.612.818/PR e 1.631.021/PR (Tema 966), bem como pelo STF, em regime de repercussão geral, no julgamento dos Recursos Extraordinários 626.489/SE e 630.501/RS, afastam a pretensão da parte recorrida, porquanto, entre a **data de início do benefício originário, em 08/09/1987** – anterior à Medida Provisória 1.523-9, de 27/06/97 – e a **data de ajuizamento da ação de revisão**, ajuizada pela parte beneficiária do benefício derivado, em **31/07/2009**, já havia decaído o direito material à revisão da renda mensal inicial da aposentadoria do instituidor do benefício derivado.

Desse modo, não há como afastar a incidência do prazo decadencial, quanto ao pedido de revisão da renda mensal inicial da aposentadoria, porquanto, uma vez que já decaído esse direito, para o instituidor da pensão por morte, não se pode reconhecê-lo para a parte dependente, beneficiária da pensão.

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço do Agravo para dar provimento ao Recurso Especial**, para reconhecer, no caso concreto, a decadência, e como consequência, julgar improcedente o pedido. Verba honorária pela parte autora, esta fixada em 10% sobre o valor atualizado da causa, em atenção ao disposto no art. 85, § 2º, do CPC/2015. Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora